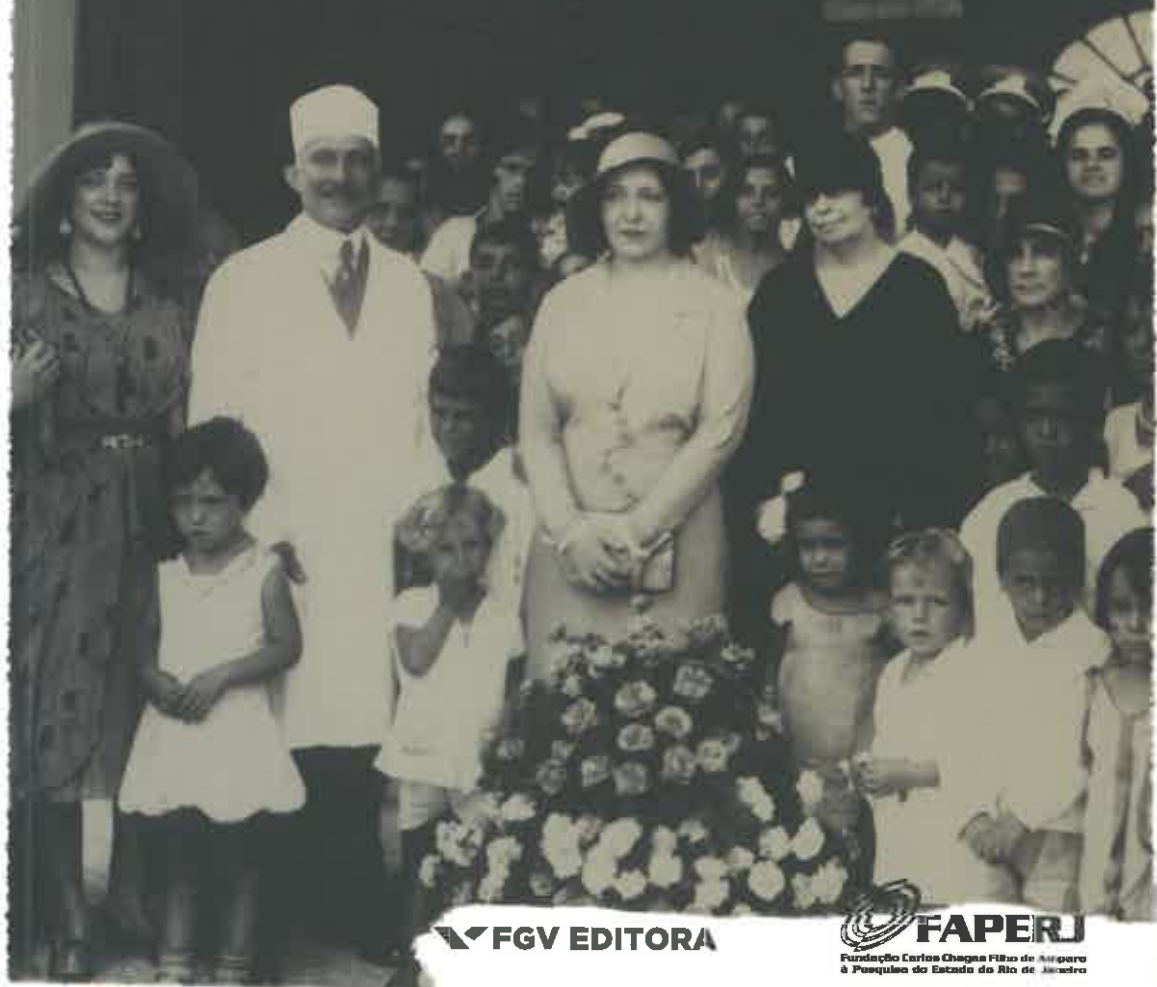


OTSELE SANGUARD | LUIZ OTAVIO FERREIRA | MARIA MARTHA DE LUSA FERREI  
MARIA RENEIDA NERY BARRETO | TANIA SALGADO PIMENTA

# Filantropos da Nação

*sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*



FGV EDITORA

FAPERJ  
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Amaral e a prática nidade e à infância	149
<i>Eupich Barbosa</i>	
o da higiene Barreto	165
<b>INDADES</b>	
époque: 70-1920)	185
ncia médico-psiquiátrica IX	203
<i>essa A. Venancio</i>	
aulistana": s, 1904-1920	225
idono institucionalizado: ncia na Bahia	245
<i>vio Ferreira</i>	
ontrol do câncer o XX)	259
o à criança e à mulher le Almeida	279
<i>ldi</i>	
e Alice Dayrell	297
	311

## Prefácio

*Laurinda Abreu*

Virtude social por excelência, que se confundia com humanidade, cidadania e patriotismo, a filantropia era igualmente, para os homens do Setecentos, um programa de ação que via no fazer bem ao outro um princípio ético, de utilidade social. A filantropia tinha como primado a procura de eficácia na intervenção, que se queria transformadora. Afastava-se da caridade, não tanto pelas profundas motivações religiosas que caracterizavam as práticas assistenciais tradicionais, mas por seu caráter meramente paliativo. Na França revolucionária, a filantropia tornou-se sujeito de um discurso moral e social estruturado sobre os valores da razão e da justiça, que se fez acompanhar de um manual de instruções a ser usado pelo "homem de Estado filantrópico".

Num cenário de grande porosidade intelectual, a Europa setecentista convergia na identificação dos problemas sociais e aproximava-se nas soluções apontadas para resolvê-los. A partir do início do século seguinte, reforçava-se o investimento do Estado na melhoria da situação das populações, procurando cumprir agendas específicas direcionadas para o desenvolvimento dos respectivos países. Mais ou menos repressivas, conforme os espaços em análise e a ideologia dominante, quase todas defendiam o trabalho, quer como forma de assistência, quer como contrapartida ao auxílio prestado. Em Portugal, Diogo Inácio de Pina Manique, intendente-geral da polícia entre 1780-1805, foi o arauto dessas ideias, na sua vertente predominantemente germânica e francesa, e não menos paternalista.

Independentemente da geografia ou da confissão religiosa, os pobres e a pobreza eram colocados no centro das reflexões dos políticos e dos observadores sociais, atraindo novos atores e contributos, num tempo de grande efervescência ideológica. As elites continuavam a dominar, mostrando-se influenciadas pelas preocupações governamentais com as causas estruturais da pobreza. Regra geral, o labor dos filantropos transportava uma forte componente política.

O Brasil terá sido feito de muitos filantropos, de proveniências sociais e profissionais bastante diversificadas. Terão sido, como em outros espaços, professores, financeiros e aristocratas liberais, entre eles alguns pertencentes à maçonaria.

ria, conhecida pelo encorajamento à ação política e social. Todavia, o livro que agora se publica dá uma ênfase maior aos médicos e ao seu campo preferencial de atuação: o da saúde pública. Mas não exclusivamente. Na galeria dos *Filantropos da nação* figuram igualmente provedores das Misericórdias.

Apesar de a atividade desses filantropos frequentemente assumir um cunho individualizado, ela seguia e obedecia a desígnios nacionais. O desejo de contribuir para o crescimento da nação, na linha do pensamento e dos pressupostos populacionistas, é transversal a todos eles. Partilhavam igualmente a consciência, herdada dos iluministas, de que os principais problemas de saúde advinham da precariedade, quando não mesmo da miséria da maioria da população. A eles se deve a transformação das questões de saúde em questões sociopolíticas e a proposta da criação de estruturas que sustentassem a melhoria das condições de vida. Valores como a defesa do interesse público e a necessidade de tornar a medicina preventiva afirmam-se nesse contexto e redirecionam o debate político e social. Nesse domínio não é tanto a originalidade do pensamento e da ação dos *Filantropos da nação* que está em causa, mas o pioneirismo das intervenções relatadas neste livro.

Característica dominante da filantropia oitocentista brasileira e portuguesa foi o fato de não se limitar a um investimento exclusivamente financeiro mas, sobretudo, de colocar as competências profissionais a serviço dos mais frágeis. Uns teorizavam e, em simultâneo, implementavam suas ideias; outros ficaram-se pela prática informada, uma filantropia continuada e militante, como é designada por uma das autoras desta obra.

Os itinerários profissionais dos *Filantropos da nação*, sobretudo dos que fizeram carreira na saúde pública, são outras tantas histórias de projetos reformistas. Um número considerável desses protagonistas talhou as suas vidas para servirem de exemplo, subordinadas a um propósito também comum, que era o de estimularem comportamentos miméticos. Apesar de a reflexão teórica desses atores não estar em estudo, sabe-se que construíram um novo espaço político, que usaram para entretecer redes de influência facilitadoras da mudança da sociedade em que se inseriam. Partilhando experiências ou competindo entre si pelo protagonismo político e social, como terá sido o caso de Crescêncio Antunes da Silveira e Luiz Régis Pacheco Pereira, o livro dá a conhecer gerações de filantropos que se inventaram para ultrapassar a inércia das instituições e dos que as governavam. A título privado ou coletivamente, procuraram mudar o mundo que os rodeava, alguns deles conseguindo, inclusive, que experiências individuais se tornassem políticas públicas. A multiplicidade de projetos sociais referenciados ao longo deste livro, temporalmente concentrados, permite con-

ca e social. Todavia, o livro que os e ao seu campo preferencialmente. Na galeria dos *Filantropos das Misericórdias*.

uentemente assumir um cunho s nacionais. O desejo de contri-pensamento e dos pressupostos lhavam igualmente a consciên-s problemas de saúde advinham ia da maioria da população. A ide em questões sociopolíticas e assem a melhoria das condições lico e a necessidade de tornar a e redirecionam o debate políti-lidade do pensamento e da ação s o pioneirismo das intervenções

centista brasileira e portuguesa exclusivamente financeiro mas, onais a serviço dos mais frágeis. vam suas ideias; outros ficaram-ntinuada e militante, como é de-

da nação, sobretudo dos que fi-ntas histórias de projetos refor-gonistas talhou as suas vidas para ósito também comum, que era o pesar de a reflexão teórica desses cuíram um novo espaço político, a facilitadoras da mudança da so-eriências ou competindo entre si sido o caso de Crescêncio Antu-o livro dá a conhecer gerações de ur a inércia das instituições e dos tivamente, procuraram mudar o úndo, inclusive, que experiências multiplicidade de projetos sociais mente concentrados, permite con-

cluír que se tratou de um verdadeiro movimento, desenvolvido num período particularmente dinâmico. Um movimento que contou com a adesão de alguns dos seus contemporâneos mais notáveis, que usaram a imprensa periódica, veículo por excelência de formação de opinião, para publicamente expressarem seu apoio.

Os textos apresentados convergem em vários pontos e não apenas nas proposições sociais dos filantropos retratados e de seus seguidores. Os casos descritos permitem compor um quadro de uma enorme riqueza, que discorre sobre homens e mulheres envolvidos na vida associativa, estrategicamente posicionados junto do poder político, que, em algumas situações, os estimulava a agir, abrindo caminho ao apoio estatal — e este se tornava imprescindível para dar outra dimensão a atos que, isolados, não teriam tido o impacto que alcançaram. Tratam também das novas elites que se abeiravam das Misericórdias para nelas exercerem o amor ao próximo e, não raras vezes, engrandecerem pergaminhos recém-adquiridos. Em alguns dos mencionados “itinerários filantrópicos” subentendem-se processos de mobilidade social ascendente escorados na prática da assistência.

Os usos sociais da assistência, mesmo atendendo exclusivamente aos administradores do “sistema”, não aos seus utentes, atravessam todos os tempos e geografias, e o Brasil não foi exceção. Numa contabilidade imaginária entre o investimento e o lucro, tomado este último como possibilidade de aceder aos recursos das instituições assistenciais para outros fins que não os previstos e como acumulação de capital social granjeado no exercício de funções dirigentes, os novos grupos que vão chegando às Misericórdias e a outros organismos de assistência e saúde raramente saíram perdedores. Quase sempre vinculados ao poder local, como ocorreu na Misericórdia de Pelotas, cujos mesários circularam entre a Câmara e a confraria, encontram-se a reproduzir comportamentos amplamente documentados para Portugal, pelo menos desde os finais do século XVI, muitas vezes nas franjas do que seria eticamente aceitável para quem se afirmava socialmente comprometido.

Do lado do poder político, houve também uma rápida percepção das vantagens decorrentes desses relacionamentos, sobretudo em contextos epidêmicos, como a febre amarela (1849-1850) e a cólera (1855-1856), e mais ainda quando os interlocutores eram médicos. A organização da assistência institucional aos doentes cancerosos, na década de 1920, na Bahia, estruturada num contexto de progressiva centralização dos serviços de saúde sob a tutela do governo federal, ou também, pela mesma altura, o estabelecimento do Dispensário de S. Paulo e da Liga Paulista contra a Tuberculose, por Clemente Ferreira, ilustram sobre

esse aspecto. Tratava-se, com efeito, de uma relação de benefícios mútuos, como Turgot o havia experienciado muitos anos antes, que, por um lado, fortalecia o poder do Estado, legitimado pelo discurso científico, e, por outro, reforçava a autoridade profissional dos médicos e da medicina, os primeiros cada vez mais presentes, esta última com um crescente poder disciplinador.

Em Portugal atrasou-se a associação dos médicos ao Estado, o que terá tido implicações na forma como os filantropos atuaram ao longo do século XIX, um assunto praticamente desconhecido da historiografia nacional. Entre os estudados está Thomaz de Mello Breyner, que aqui se vê pondo as suas relações privilegiadas a serviço da institucionalização da assistência aos sífilíticos. E também, já do século seguinte, Fernando Bissaya-Barreto, porventura o caso paradigmático da eficácia das ligações pessoais e políticas capitalizadas a favor do bem comum: foi todo um programa de medicina social, de pendor pedagógico, que desenvolveu a partir de Coimbra e que foi muito além da região centro do país. Deste lado Atlântico, contemporâneo de Thomaz de Mello Breyner, o médico Crescêncio Antunes da Silveira exercitava no Hospital da Misericórdia de Vitória da Conquista princípios de filantropia cristã, tendo a seu lado a Igreja Católica.

Militância política participativa foi também a de Arthur Moncorvo Filho, assim como a de Antonio Fernandes Figueira, fundadores, o primeiro, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, matriz de tantos outros estabelecimentos idênticos que se lhe seguiram, e, o segundo, da Policlínica das Crianças. Fernandes Figueira ainda se ocupou com as crianças situadas nas margens do mundo dito "normal", para quem criou o Hospício Nacional de Alienados e o Pavilhão-Escola Bourneville. Todos eles homens da transição do século XIX para o XX, que no Rio de Janeiro viveram um momento particularmente dinâmico no que concerne ao socorro das crianças, em geral, e dos filhos das classes desfavorecidas, em particular. Disso mesmo é exemplo o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, pensado por Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo Filho, e, já na Bahia, a institucionalização da assistência materno-infantil, pela mão de pediatras e puericultores, como Joaquim Martagão Gesteira, que chamaram a si a tarefa de substituir as políticas privadas, de base caritativa, pelas políticas públicas.

Um aspecto geralmente menos estudado, e neste livro algumas vezes abordado, é o papel das mulheres nesses processos. O realce vai aqui para o apoio que oferecem aos médicos na luta contra o câncer, mas também enaltecendo os filantropos, dando-lhes visibilidade, como o fez a feminista Mariana Coelho em relação ao médico Vitor Ferreira do Amaral, fundador da Maternidade do Paraná. Está-se, naturalmente, em presença de um universo muito restrito, de

o de benefícios mútuos, como que, por um lado, fortalecia o físico, e, por outro, reforçava a moral, os primeiros cada vez mais disciplinador.

cos ao Estado, o que terá tido em longo do século XIX, um caráter nacional. Entre os estudando as suas relações privilegiadas aos sifilíticos. E também, já inventura o caso paradigmático organizadas a favor do bem comum: o pedagógico, que desenvolveu a educação do país. Deste lado de Breyner, o médico Crescêncio de Misericórdia de Vitória da Condição a Igreja Católica.

a de Arthur Moncorvo Filho, fundadores, o primeiro, do Instituto de tantos outros estabelecimentos, da Policlínica das Crianças, instituições situadas nas margens do Instituto Nacional de Alienados e os da transição do século XIX momento particularmente dinâmico em geral, e dos filhos das classes trabalhadoras. O Instituto de Proteção de Arthur Moncorvo de Figueiredo de assistência materno-infantil, pela Dra. Martagão Gesteira, que chamadas, de base caritativa, pelas

este livro algumas vezes abordado. O realce vai aqui para o apoio recebido, mas também enaltecendo a figura da feminista Mariana Coelho, fundador da Maternidade do século XIX em um universo muito restrito, de

mulheres que, por alguma circunstância social ou profissional, conseguem derubar barreiras e assumir maior protagonismo no espaço público, de domínio tradicional dos homens, levando consigo os filantropos que admiram. Nessa mesma corrente defensora da ciência e da ação política a serviço da sociedade, sobretudo dos seus membros mais desafortunados, esteve Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): através da sua escrita e vivência associativa, procurou construir opinião e formatar comportamentos, tentando cooptar a sociedade e os poderes políticos para a proteção materno-infantil. Relatos como os de Alice Brandt (1893-1995) ajudam a melhor perceber a importância e a abrangência dessas ações filantrópicas.

De tudo isso, e de muito mais, falam os autores deste livro. No seu conjunto contam sobre um sistema organizado segundo a relação entre os interesses nacionais, os propósitos dos filantropos e a realidade da população pobre. Na comparação entre as decisões dos administradores das Misericórdias dos finais do século XVIII e as dos filantropos dos séculos seguintes, capta-se a mudança na forma de perceber as práticas assistenciais, traduzida na lenta passagem de um sistema ainda de base tradicional para outro, em que a ajuda ao próximo era entendida como obrigação humanitária que devia corrigir, entre outras, as desigualdades sociais decorrentes do nascimento, da incapacidade para o trabalho, da doença ou das mudanças socioeconômicas. Em confronto estavam dois modos diferentes de organização social e de resolução do fenômeno da pobreza. As intervenções narradas neste livro, em sua maioria, são já pró-ativas, focadas em novas políticas sociais, suportadas no conhecimento científico (médico, epidemiológico e estatístico), que pretenderam dotar os receptores de competências de autossuficiência. Transportavam um discurso social, simultaneamente moral e patriótico, construído a partir de valores como a razão, a justiça e os direitos humanos. Não são completamente circunstanciais a emergência e a mobilização desses filantropos como atores políticos.

Os exemplos aqui referidos fazem supor a existência de acesos debates sociais sobre as questões humanitárias que convocaram os médicos e que a legislação social por certo terá acompanhado e refletido, nomeadamente em termos de regulação sanitária, que com certeza terá justificado uma nova perspectiva de abordagem à questão da pobreza. A criação de infraestruturas médicas e sanitárias compreende-se nesse movimento, a um tempo higienista e filantrópico, que discutia publicamente os resultados dos inquéritos e das estatísticas, legitimando cientificamente uma intervenção tendente a moralizar a pobreza. Nesse enquadramento, que foi também de nova conceitualização do conteúdo a atribuir à pobreza, assistiu-se à emergência dos "empresários da moral", na formulação

de H. Becker, indivíduos que, a título individual ou em associação, caminharam no sentido da afirmação da secularização da assistência, contribuindo para a construção de uma nova moral, assente em imperativos patrióticos e numa sociedade mais participativa, uma sociedade que fosse capaz de assegurar a manutenção da ordem social e o desenvolvimento da economia.

Os princípios da redistribuição da riqueza e do financiamento coletivo dos mecanismos de assistência aos pobres, que sustentaram tantos programas filantrópicos oitocentistas, acabariam por não se cumprir. Em Portugal como no Brasil, o que triunfou no século XX foi um sistema de assistência misto, em que o público e o privado se encontram, com uma forte componente de voluntariado e muito dependente das dinâmicas locais. Uma realidade que esteve longe de se circunscrever a esses dois países, como bem se sabe. Só na aparência, contudo, é paradoxal a ambivalência de Estados que defendem ser de sua responsabilidade a proteção da população ao mesmo tempo que incentivam o aparecimento de sociedades filantrópicas, conservando para si o poder regulador, disciplinar e punitivo.

Porventura o maior sucesso dos filantropos foi o de acreditar que, perante as limitações ou a incapacidade do poder político, a sociedade civil, individualmente expressa ou coletivamente organizada, poderia fazer a diferença. E o fez em muitos casos, como o presente livro demonstra tão bem. Os textos apresentados ajudam a melhor refletir sobre algumas dessas problemáticas, afirmando-se — sobretudo no que concerne ao Brasil, pela especificidade das condições históricas que caracterizam a maioria dos projetos filantrópicos abordados — como um importante contributo para um melhor conhecimento das condições e circunstâncias que acompanharam a consolidação do novo país.

O li  
gal<sup>1</sup>  
que  
de  
fess  
da S  
refl  
fãnc

o te  
nir  
de f  
cia,  
que

filan  
que  
uma  
hun  
-se  
(Du

ren  
hist  
cris  
córc  
cad

N  
pítu  
do a

<sup>1</sup> Est  
"Filar  
Rio d